

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DE BARROS, NO FORUM DO MAR, SOB O TEMA «O MAR NA ESTRATÉGIA DA UE 2020», NO CENTRO DE CONGRESSOS DA EXPONOR, EM LEÇA DA PALMEIRA, NO DIA 29 DE MAIO DE 2013.

A Europa, em geral, e Portugal, em particular, dada a sua localização geográfica, sempre tiveram uma relação privilegiada com o Mar.

Lamentavelmente, Portugal, nas últimas décadas, esqueceu ou menosprezou essa relação!

Hoje, mais do que nunca, o setor da **economia do mar, e dos seus recursos transacionáveis**, terá de ter **um papel relevante na recuperação económica da Europa** e, fundamentalmente, **do nosso País**.

A NÍVEL EUROPEU:

Segundo a Comunicação¹ "Crescimento Azul", adotada pela Comissão Europeia, em Setembro de 2012, **o setor da economia do mar tem um papel muito relevante na recuperação da economia europeia**. Concetualmente, a "economia azul é composta por diferentes setores interdependentes, que se baseiam em competências comuns e infraestruturas partilhadas (como os portos) e dependem de uma utilização sustentável do mar por parte de todos".

De acordo com a Comissão Europeia, se contabilizarmos todas as atividades económicas que dependem do mar, **a economia azul da União Europeia (UE) representa em torno de 5,4 milhões de empregos (2,4% do emprego total da EU 27) e um valor acrescentado bruto de quase 500 mil milhões de euros por ano (4,4% do VAB total). Espera-se que até 2020, estes valores subam para 7 milhões de empregos e cerca de 600 mil milhões de euros, respetivamente.**

Por outro lado, 75 % do comércio externo da Europa e 37 % do comércio interno são efetuados por mar.

Refere a Comissão que "**os portos e as comunidades costeiras, dada a sua configuração geográfica aberta ao exterior, são tradicionalmente centros de novas ideias e de inovação**. A par desta propensão tradicional para inovar, surgiram agora três novos elementos:

¹ Comissão Europeia, Bruxelas, 13 de setembro de 2012, Crescimento azul: Comissão apresenta as perspetivas para o crescimento sustentável dos setores marinho e marítimo.

- *Em primeiro lugar, **avanços tecnológicos rápidos** permitem agora realizar operações no alto mar a profundidades cada vez maiores. A robótica, a videovigilância e a tecnologia dos submersíveis são agora sistematicamente incorporadas em equipamentos utilizados para efetuar operações que não eram exequíveis há dez anos.*
- *Em segundo lugar, estamos cada vez mais conscientes de que o solo e a água doce são recursos finitos. Temos de refletir sobre a forma como os 71 % do planeta cobertos por **oceanos podem responder, de uma forma mais sustentável, às necessidades do Homem em bens como produtos alimentares e energia.***
- *Em terceiro lugar, a necessidade de **reduzir as emissões de gases com efeito de estufa** não só conduziu à implantação de instalações de produção de energia renovável ao largo, como favoreceu a **poupança de energia** e a utilização do transporte marítimo em detrimento do terrestre, devido às menores emissões por tonelada-quilómetro”.*

A NÍVEL NACIONAL:

- **Face ao conjunto de características muito próprias de que dispõe**, a sua extensa fronteira marítima e a sua atual Zona Económica Exclusiva, de 1.850 mil km², quase 2 milhões de km², **Portugal revela um enorme potencial, daí a importância da economia do mar como alavanca de crescimento e desenvolvimento**, primeiro porque nos traz dimensão (somos não só a maior Zona Económica Exclusiva da Europa como a 11ª maior do mundo), depois porque com o levantamento da Plataforma Continental, Portugal pode ficar entre os primeiros países em termos oceânicos.
- A economia do mar tem um **efeito multiplicador numa elevada diversidade de atividades económicas**. Para **além da vertente estritamente económica**, o mar possui um valor estratégico nas **dimensões ambiental, cultural, de segurança, de investigação e de lazer**.
O **investimento nos setores ligados à economia do mar** é, assim, claramente **reprodutivo, contribuindo, assim, para gerar emprego e criar riqueza**.
- Pese embora o seu elevado potencial, os estudos mostram que **a economia do mar assume em Portugal uma dimensão muito reduzida**, comparando mal com outros países da UE com condições naturais muito inferiores.
O valor direto do conjunto das atividades marítimas é de cerca de 2,5% do PIB, sendo que em alguns países costeiros europeus chega a valer 6% do PIB. **Está, assim, muito aquém de se assumir como uma importante base produtiva do País**, sendo por vezes considerada como uma “economia em vias de desenvolvimento”.

- Importa, pois, **perceber as razões que originaram o fraco desenvolvimento da economia do mar nacional** face aos parceiros europeus com condições naturais semelhantes ou inferiores às de Portugal.

Segundo o estudo "Blue Growth for Portugal: Uma visão empresarial da economia do mar", "Um dos dados principais a reter, quando estudamos a economia do mar, é que o investimento nessa economia foi realmente muito reduzido ao longo das últimas décadas, em Portugal, o que levou à diminuição ou à estagnação dos seus principais setores". (...) "Os números modestos, setor a setor, apresentados neste Relatório, refletem esse estado de coisas, embora nalguns casos comece a haver sinais positivos de mudança e noutros se verifique mesmo um crescimento apreciável e contra a corrente da economia nacional".

Não tenho dúvidas de que **esta menor aposta na economia do mar não estará dissociada do modelo de desenvolvimento da economia portuguesa adotado o longo de várias décadas, com uma clara orientação do investimento para o setor dos bens não transacionáveis (em especial utilities...), em detrimento do setor primário e secundário, em particular da indústria, cujo peso e VAB nas exportações será determinante na recuperação do nosso País.**

- Assim, **face à difícil situação com que o nosso País se confronta, o mar deve concitar e conquistar a atenção de todos os portugueses e ser visto como uma janela de oportunidade.**

- Por isso, ultimamente, ouvimos com muita frequência que todos os esforços devem ser feitos de forma a eliminar esta incoerência entre tão vasta potencialidade e tão baixa criação de riqueza. O intervalo, o espaço de oportunidade entre a mais-valia deste importante recurso e o subaproveitamento que tem sido feito exprime claramente que o potencial de crescimento é muito elevado.
- Como **setores com potencial de expansão**, os estudos apontam para o **setor portuário**, as **empresas da fileira das pescas**, em particular de alguns **subsetores da conservação e transformação de pescado**, a **aquacultura**, as empresas de comércio por grosso de pescado, alguns **subsetores do setor do lazer e do turismo marítimo** (como é o caso do **turismo de cruzeiros** e o **surf**), as **energias offshore** (caso da nova plataforma para geração eólica) e outros **novos usos e recursos do mar** (biologia e mineração).
- Temos potencial, mas é necessário haver competitividade na economia do mar. **Portugal tem de ser atrativo, capaz de fixar empresas e fomentar o investimento**, existindo um conjunto de constrangimentos, já claramente identificados, que urge resolver em prol da competitividade da economia do mar.

Os estudos apontam para a necessidade do Estado promover medidas que permitam tornar Portugal num país atrativo para o investimento nacional e estrangeiro, através da eliminação de custos de contexto associados à exploração de recursos marítimos.

- **No atual contexto, marcado pela crescente internacionalização da economia portuguesa e, fundamentalmente, pela orientação das exportações para mercados extra União Europeia, o mar assume uma importância acrescida** (basta pensarmos que 80% do nosso comércio internacional é feito por mar).

Face à localização fronteiriça no Oeste da Europa, onde confluem tráfegos marítimos provenientes de todo o mundo, que terão tendência para aumentar, face às ameaças da primavera árabe sobre a rota do Suez ou sobre os gasodutos do metano da Argélia, e às oportunidades criadas pela próxima abertura das novas eclusas do canal do Panamá, aproximando da nossa costa o tráfego marítimo proveniente do Extremo Oriente ou da costa Oeste dos EUA, **Portugal tem de desenvolver e explorar melhor os seus portos e transportes marítimos e urge confirmar Sines como um porto de *transshipment* de referência, no comércio marítimo internacional, de e para a Europa.**

Por outro lado, deverá antecipar urgentemente as ameaças de outras rotas alternativas, a rota do Ártico, ou portos alternativos, como Tanger II.

Os portos portugueses, alicerçados num conjunto coerente de infraestruturas, das quais se deverão destacar as ligações entre as plataformas logísticas, conexas com os portos, por via férrea, em Portugal e as novas ligações, em bitola europeia, com a vizinha Espanha, **poderão vir a desempenhar um importante papel no comércio entre a América, a África, a Ásia e a Europa.**

- Ainda no âmbito da economia do mar e em termos de desenvolvimentos mais recentes, saliento:
 - O **“Relatório para o crescimento sustentável – uma visão pós-troika”**, apresentado em Dezembro de 2012 pela Plataforma para o Crescimento Sustentável, que defende cinco orientações estratégicas para que o mar seja assumido como motor de desenvolvimento e de afirmação de Portugal no mundo: *“reorganizar, reestruturar e regular a economia do mar; criar uma marca distintiva ancorada na aproximação dos portugueses ao mar; reforçar o conhecimento, a ciência e tecnologia e as competências na área do mar; estabelecer um novo modelo de financiamento e de governação do mar; e proteger os oceanos das consequências das alterações climáticas”*.

- A **Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020**, em discussão pública até ao final deste mês de Maio e que revê e atualiza a Estratégia Nacional para o Mar 2006-2016, *apresenta a visão de Portugal no que se refere ao modelo de desenvolvimento assente na preservação e utilização sustentável dos recursos e serviços dos ecossistemas marinhos, apontando um caminho de longo prazo para o crescimento económico, inteligente sustentável e inclusivo, assente na componente marítima.*

A Estratégia apresenta um plano de ação, **o Plano Mar-Portugal**, que visa, sobretudo, a *“valorização económica, social e ambiental do espaço marítimo nacional através da execução de projetos sectoriais e intersectoriais, assim como dos planos estratégicos de âmbito nacional já existentes ou em fase de preparação”.*

Estou inteiramente de acordo de que **“estamos no momento de transformar o potencial em real”²**, como bem referia a Senhora Ministra da Agricultura no passado dia 27 de Fevereiro. As **metas para 2020** apontam para um forte acréscimo do peso das atividades diretamente ligadas ao mar: dos atuais **2,5% do PIB (cerca de 4 mil milhões de euros) para valores próximos de 4%**.

Porém, tenho consciência de que **os resultados a alcançar nesta matéria dependem enormemente do grau de envolvimento de todos os intervenientes, públicos e privados.**

Da nossa parte, esperamos continuar a contribuir de forma positiva através da realização de iniciativas como esta que agora se inicia - “Fórum do Mar” – que envolve uma ampla mobilização de distintas personalidades, portuguesas e internacionais.

Esperamos e desejamos continuar a colaborar e a apoiar a Associação Oceano XXI nesta sua notável cruzada, aproveitando para lhe render justa homenagem pelo trabalho que tem desenvolvido, na pessoa do seu Presidente, o Senhor Engenheiro Ribau Esteves.

² Ministra da Agricultura e do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, no âmbito da reunião da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, de 27 de fevereiro de 2013.

Naturalmente, **o financiamento e apoio ao investimento nas atividades ligadas ao mar apresentam-se como questões incontornáveis** na concretização dos objetivos delineados. A aplicação dos fundos europeus para o período 2014-2020, em particular o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP), constitui, a este nível, uma grande oportunidade, tendo em conta os pressupostos divulgados na semana passada³ quanto ao Acordo de Parceria a negociar entre o Estado Português e a Comissão Europeia.

Com efeito, no âmbito das principais linhas de intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento, no ciclo 2014-2020, estabelece-se que os fundos comunitários deverão contribuir para a promoção do desenvolvimento das atividades ligadas ao mar. Mas, não gostaria aqui de aprofundar mais este assunto, que será abordado já no 1º painel.

Gostaria ainda de destacar as iniciativas financeiras e fiscais para o investimento, crescimento e emprego, aprovadas na passada semana em Conselho de Ministros (embora já previstas no Orçamento de Estado para 2013 e na Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial), designadamente o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento.

São, sem dúvida, uma excelente notícia para a promoção do investimento privado no nosso País, que as atividades ligadas ao mar não deverão deixar de aproveitar.

Terminava com uma frase presente no estudo *"Blue Growth for Portugal: Uma visão empresarial da economia do mar"* que nos deve pôr a refletir: ***"um país que vive uma das mais profundas crises económicas e financeiras da sua história não se deve dar ao luxo de desperdiçar um dos seus maiores recursos naturais: o mar"***.

O óbvio esconde-se, muitas vezes, debaixo do sol, à vista de todos...

Muito obrigado.

³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013. D.R. n.º 96, Série I de 2013-05-20.